

Relações entre o Jornalismo e a Literatura para o nascimento do verdadeiro sentimento de identidade nacional e afirmação cultural

Relations between Journalism and Literature for the rise of the true sense of national identity and cultural affirmation

Antonio Carlos Hohlfeldt¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em Letras e Escola de Comunicação, Artes e Design,
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre, RS, Brasil

¹ Professor titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Com experiência nas áreas de Letras e Comunicação Social, atua principalmente no campo das artes cênicas, criação dramática, teoria e história do jornalismo, comunicação social e teoria da comunicação.
 <https://orcid.org/0000-0001-5284-8730>
E-mail: a_hohlfeldt@yahoo.com.br

RESUMO: O presente texto discute o conceito de literaturas africanas de expressão ou de língua portuguesa e busca caracterizar conceitual e historicamente tais literaturas, enfatizando seu aspecto original enquanto literatura oral. Conceitualmente, esta oralidade seria responsável pelos aspectos inovadores destas literaturas em relação aos cânones das demais literaturas ocidentais, porque ela não significa uma incompetência, mas um modo de se relacionar com o mundo. Historicamente, examina-se o papel estratégico que a imprensa informativa representou para as primeiras expressões e a afirmação destas literaturas.

Palavras-chave: Literatura Africana de Língua Portuguesa; Oralidade; Imprensa.

ABSTRACT: This essay discusses the concept of African Literature in the Portuguese Language and tries to present different aspects and importance of the orality present in the roots of them. This orality is very relevant to the innovation of the Western Canon of literature: orality is not incompetence but a way of view the world. Historically, the text discusses the role of newspapers where the first texts were published.

Keywords: African Literature in the Portuguese Language; Orality; Press.

A leitura desse processo revela-nos que um primeiro momento de fratura do imaginário materializou-se pela presença político-cultural de uma burguesia africana, fato que se dá basicamente nos últimos 20 anos do século XIX – um período liberal associado à Regeneração portuguesa – favorecendo o início de uma intensa atividade jornalística na então colônia. A imprensa desponta, desse modo, como a força responsável pelo surgimento de um primeiro reduto capaz de romper o silêncio imposto pela estrutura colonial (ABDALA JUNIOR, 2006, p. 211).

A esta geração de jornalistas estava reservada a missão de denunciar, de acusar, de combater contra o amaranhamento a que o regime colonial português votava [as colônias] e as suas gentes (TRIGO, 1977, p. 39).

As atuais literaturas nacionais, assim denominadas, angolana, cabo-verdiana, moçambicana, etc. resultam de um processo histórico de colonização com mais de quinhentos anos de desenvolvimento. Neste processo, temos um duplo movimento, de assimilação de parte a parte, de um lado, e de conscientização e autoafirmação, de outro (FONSECA; MOREIRA, s/d, p. 1). Encontramos, também, alguns traços genéricos que são comuns a todas estas antigas colônias, mas, de outro, podemos identificar certas características específicas de cada nacionalidade. Assim, pode-se falar de grandes linhas que identificam as chamadas literaturas das antigas colônias de expressão portuguesa, ou literaturas africanas de língua portuguesa, conforme os autores analisam e entendem os processos socioculturais e históricos ocorridos (FERREIRA, 1987, p. 7).

Fundamentalmente, com raras exceções, como a de Cabo Verde, por motivos que veremos em seguida, temos literaturas que se constituíram, sobretudo em seus primeiros períodos e manifestações (a chamada literatura colonial), a partir de modelos europeus, mas que, gradualmente, assimilaram tradições das literaturas orais destas comunidades (literaturas nacionais de expressão portuguesa ou de língua portuguesa, conforme querem os diferentes estudiosos, como já referimos) que se afirmaram crescentemente, sobretudo depois dos episódios independentistas dos anos 1970 (FERREIRA, 1987, p. 11).

Manoel Ferreira identifica quatro periodizações para a história dessas literaturas: a) estado quase absoluto de alienação, tenha sido ela produzida por escritores brancos europeus presentes nos territórios colonizados, seja ela produzida por mestiços ou escritores nativos das então colônias; b) preocupação com a realidade, em que uma ainda tênue sensibilidade para o contexto começa a se manifestar; c) consciência de ser colonizado, resultante das primeiras gerações de mestiços que, embora se identifiquem, de certo modo, com os valores da metrópole, dão-se conta das diferenças

existentes entre aquela e as realidades coloniais; d) independência nacional, sentimento que antecede, acompanha e ultrapassa os períodos de lutas independentistas que começam com Cabo Verde e se estendem até Angola (FONSECA; MOREIRA, s/d, p. 2).

Patrick Chabal, por seu lado, também refere quatro momentos, mas os denomina de modo diferente, mesmo que digam respeito a períodos mais ou menos similares: a) assimilação, em que ocorre a imitação da estética europeia; b) resistência, à medida em que os autores começam a se conscientizar das especificidades das culturas africanas; c) afirmação, que ocorre após as independências das antigas colônias; e d) autodefinição, que vive a literatura dessas nações, no momento atual, abrindo novos caminhos que resultam em colaborações inovadoras e autóctones à tradição literária ocidental, especialmente europeia, a partir das tradições seculares e orais de tais territórios¹.

O mesmo autor procura identificar os momentos em que tais literaturas encontraram uma organização própria que lhes permitiu se auto-organizar e afirmar:

1. em Cabo Verde, a revista *Claridade* (1936);
2. em São Tomé e Príncipe, o livro *Ilha de nome santo* (1942), de Francisco José Tenreiro;
3. em Angola, o movimento “Vamos descobrir Angola”, que ocorre em Portugal, reunindo estudantes e intelectuais angolanos, e resultará na edição da revista *Mensagem* (1951-1952);
4. em Moçambique, a revista *Msaho* (1952), cuja expressão se refere a uma festa do povo Chope, feita para recriar o surgimento da etnia,

¹ Para Fátima Mendonça, a primeira independência nacional ocorre com Gana, em 1957. Na Nigéria, um escritor como Chinua Achebe assume, com clareza, o programa de que o romance, enquanto gênero literário, deve ser um instrumento formal de reinvenção da(s) cultura(s) africana(s) (MENDONÇA, 2010, p. 2).

para comemorar a sua vitalidade e fazer acções de graças aos seus deuses pelos bons acontecimentos que aconchegaram a comunidade (BAHULE, 2013);

5. em Guiné-Bissau, a publicação da antologia *Mantinhas para quem luta!* (1977), do Conselho Nacional de Cultura.

Uma terceira perspectiva pode ser encontrada na plataforma “Lusofonia”, onde lemos:

1. incipiência – entre o século XVI e o ano de 1924 (no caso de Moçambique, refere-se à publicação do volume de poemas *O livro da dor*, do jornalista João Albasini²; pode-se generalizar, dizendo que esta data varia, em cada sistema literário nacional conforme a publicação de um primeiro texto historicamente reconhecido;
2. prelúdio – as primeiras décadas do século XX até o final da II Grande Guerra; o papel dos jornais, sobretudo aqueles da chamada *imprensa independente*, que se distancia das publicações formais iniciadas com o decreto de 1836, de Sá da Bandeira, que determinava a criação de Boletins Oficiais em cada colônia;
3. formação – entre 1945/1948 e 1963, caracterizada pela convivência grupal e sentido de coletivo que caracteriza a produção do período;
4. desenvolvimento – entre 1964 e 1975, período das independências; em cada região surgem autores que discutem sua realidade imediata; boa parte deles participa, inclusive, dos movimentos independentistas e documenta/registra tais acontecimentos;
5. consolidação – a partir das independências nacionais, com as variações que se aborda abaixo (2009).

² O jornalista João Albasini tornou-se, mais recentemente, personagem de um romance do também moçambicano João Paulo Borges Coelho, *O olho de Herzog* (2010), que inclusive recebeu o prêmio Leya de 2009. A respeito de João Albasini e de seu importante papel no processo de conscientização da africanidade, pode-se ler Hohlfeldt (2010).

Em todos estes casos, já identificamos, com clareza, escritores que trabalham em busca de uma identidade cultural e evidenciam uma tomada progressiva de consciência das nacionalidades a que pertencem. Esta é a síntese de Manuel Ferreira:

Como quer que seja, as literaturas africanas de expressão portuguesa primeiro anunciam uma consciência regional, depois refletem uma consciência política, para em seguida determinar-lhes uma estrutura ideológica. Antecipam-se à luta armada, como que a prenunciam, e latente se mantém nos mais esclarecidos produtores de textos a integração devotada ao mundo real da transformação a caminho da liberdade futura e total (FERREIRA, 1987, p. 206).

Haveria, ainda, que mencionar, os territórios de Goa e de Macau, que experimentam situações diferenciadas, pelo simples fato de que, nestes territórios, quando da chegada dos portugueses, já havia uma tradição letrada escrita e com uma literatura bastante ampla, quantitativamente falando, rica e variada, qualitativamente falando. Ao contrário, nos demais territórios, havia apenas culturas orais e ágrafas, o que inclui o Brasil. Uma questão à parte é o caso do Cabo Verde, pois aquele arquipélago não possuía nenhuma população autóctone, tendo sido ocupado, gradualmente, por portugueses, através da colonização e, posteriormente, por negros africanos oriundos do continente (Guiné Bissau e Angola) que ali chegaram enquanto escravos (simples mercadoria que ficava depositada nas ilhas à espera do escambo por outras mercadorias, quer as oriundas de Portugal, quer aquelas advindas do Brasil). Esta miscigenação geraria uma linguagem mestiça, o *criollo*, que ganharia, no século XIX, expressão escrita, sobretudo através da ação lítero-jornalística de Pedro Cardoso (FONSECA; MOREIRA, s/d, p. 2).

Registre-se, igualmente que, nestas colônias africanas, com especial ênfase em Angola, Cabo Verde e Moçambique (de novo, o caso de Goa é um

pouco diverso, assim como o do Brasil, por outros motivos), as primeiras manifestações literárias (aproprio-me, aqui, da conhecida expressão de José Aderaldo Castello), ocorrerão nas páginas dos jornais que então circulam em tais territórios, ainda que com tiragens mínimas e circulação escassa entre estas populações, sobretudo – mas não só – através da poesia e da narrativa curta, justamente pela maior facilidade de compô-las nos espaços reduzidos dessa imprensa (os jornais, em geral, não tinham mais do que 4 páginas em cada edição, quase sempre de caráter semanal e em dimensões que ficavam entre o *standard* e o tabloide de hoje).

Plenamente afirmadas e reconhecidas, estas literaturas, não obstante, enfrentam problemas de reconhecimento e afirmação, em especial no território acadêmico de Portugal e, por incrível que pareça, também em decorrência ainda de reflexos da colonização, nas próprias academias de tais países. Isso se dá graças à organização dos conteúdos programáticos de disciplinas de Literatura de língua (ou expressão) portuguesa, disciplina que, em geral, surgiu a partir de 1975, como reflexo da Revolução dos Cravos (na metrópole) e na reorganização dos estudos acadêmicos nas então novas nações que se afirmavam. Isso ocorre, fundamentalmente, porque a organização de tais disciplinas partem de conceitos e considerações vinculadas a uma pretensa teoria literária universal que, não obstante, é espacial e temporalmente datada e que ignora, por completo, algumas características de tais literaturas, em especial, a questão da oralidade de tais idiomas e a força tradicional de tal oralidade (KANDJIMBO, 2001, p. 1). “A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade”, defende um autor (VANSINA, 1982 apud MACÊDO; CHAVES, 2007, p. 16). Outros pesquisadores insistem:

A oralidade está na base do modo como o africano concebe o mundo e, junto com ela, a chamada visão negro-africana do universo das sociedades tradicionais, que é a visão animista em cuja essência está a força vital

fazendo a interação entre vivos e mortos, natural e sobrenatural. Importante, neste ponto, é estarmos alertas para o fato de que quando se fala da tradição africana, nunca se deve generalizar. Mas se é grande a diversidade, o escritor, historiador e filósofo do Mali Amadou Hampâté Bá nos mostra que também existem grandes constantes, como por exemplo: a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os vivos e os mortos – os mundos visível e invisível – o sentido comunitário, o respeito pelos mais velhos (BUENO; SOARES; PARREIRAS, 2012, p. 53).

Elas continuam:

Hampâté Bá nos ensina que, para as sociedades tradicionais, a palavra humana repete o ato da criação. Para o trabalho de cada artesão existe um ritual de canto que embala seus movimentos, quer seja, por exemplo, o vaivém da forja, quer seja o manuseio do tear. Assim, todo movimento é acompanhado por palavras e *palavra e escuta* acabam por abranger realidades mais vastas do que as que nós, ocidentais, costumamos lhes atribuir (...) As narrativas orais têm função, ao mesmo tempo, lúdica e pedagógica, conversam e difundem o patrimônio cultural já sedimentado, perpetuam valores, normas e idéias comunitárias. Curetas, de breve extensão, sua estrutura se apóia na repetição e em uma descrição sucinta com o fim de manter a atenção da plateia (BUENO; SOARES; PARREIRAS, 2012, p. 54-55).

Um dos primeiros estudiosos portugueses dessas literaturas, Manuel Ferreira, é explícito ao escrever: “Restará ainda acrescentar algumas notas finais a este texto. Verdade que se diga que era por aqui que deveríamos ter começado, isto é, pela literatura oral, dedicando-lhe um largo capítulo” (FERREIRA, 1987, p. 204). E resume:

Os intervenientes destas literaturas são negros, mestiços e brancos. Brancos nascidos na África e que se vincularam ao seu destino histórico. Brancos que, tendo ido para a África em tenra idade ou na sua juventude, dela fizeram sua terra de adoção e, agora, após a independência, sua pátria (FERREIRA, 1987, p. 205).

Héli Chatelain, em estudo pioneiro, identifica seis diferentes categorias de narrativas orais existentes, de modo geral, em todo o continente, e que ele assim identifica:

1. *mi-soso* inclui todas as histórias tradicionais de ficção, resultado das faculdades imaginativas e especulativas, servindo para entreter, mais que instruir, marcadas pelo maravilhoso, o extraordinário e o sobrenatural;
2. *maka*, histórias verdadeiras, ou melhor, histórias reputadas como verdadeiras, com fim instrutivo;
3. *ma-lunda*, constituem-se nas crônicas da tribo, transmitidas cuidadosamente pelos chefes e/ou anciões;
4. *ji-sabu*, narrativas filosóficas e morais, representadas através de provérbios;
5. *mi-imbú*, narrativas poéticas e musicais, de tonalidades variadas e que são repetidas coletivamente em momentos festivos, porque coletivamente conhecidas;
6. *ji-nongongo*, constituídas pelas adivinhas, usadas como passatempo e divertimento (CHATELAIN, 1964 apud ERVEDOSA, 1979, p. 9-10).

A questão básica é que se pretende aplicar a sistemas culturais absolutamente diversos daquele ocidental, princípios e regras que nada têm a ver com eles. Há, evidentemente, especificidades destas literaturas africanas que não estão previstas nos sistemas literários, inclusive pela inexistência do registro escrito dessas tradições. Mais que isso, há outras questões importantes quanto ao mercado livreiro internacional que afetam diretamente a circulação, o conhecimento e eventual influência das obras produzidas em tais sistemas literários que se tornam, por isso mesmo, mais periféricos e marginalizados do que seriam por consequência dos processos históricos de que fazem parte: quase inexistência de mão de obra especializada, formada com tais perspectivas críticas (boa parte

dos professores fazem seus estudos de Pós-Graduação em Portugal ou Brasil, quando não em Londres ou em Paris); quase inexistência de manuais de teoria e de história da literatura devidamente focados nestes processos específicos; dificuldade da produção e consequente circulação-conhecimento-influência das obras literárias historicamente produzidas ou contemporaneamente criadas, quer pela inexistência de casas editoras (comercialmente elas são quase inviáveis e os organismos culturais existentes não chegam a ter orçamentos capazes de garantirem tais processos) ou por pressões censoriais dos governos estabelecidos no processo posterior às independências, de modo que boa parte desta produção é proibida em seu território de origem, sendo impressa (quando o é), em editoras estrangeiras portuguesas ou brasileiras (e em casos mais radicais, escritas até mesmo em idiomas outros como o francês ou o inglês, na medida em que tais artistas estão ou foram exilados ou se tornaram refugiados), as chamadas literaturas da diáspora (HONWANA, 2006, p. 66).

Por fim, não existe, ainda, absolutamente nenhuma história de qualquer dessas literaturas nacionais, produzida até o momento, seja por dificuldades editoriais, seja por impossibilidade de os potenciais autores dessas obras conseguirem apresentar visões orgânicas e de conjunto de tais literaturas e seus processos de surgimento e constituição (FONSECA, 2015, p. 65).

Evidentemente, há iniciativas e esforços que tentam superar tais desafios, como as entidades que reúnem escritores ou concursos que pretendem destacar autores e obras; muitas vezes, contudo, estas entidades também pagam tributo às idiosincrasias dos sistemas ideológicos e dos partidos políticos que ocupam a arena administrativa de tais nações. Também por conta de tais perspectivas, alguns dos escassos compêndios que trazem a história e a análise de tais literaturas pagam tributo a ideologias e tendências partidárias que em nada auxiliam a correta avaliação e compreensão de tais processos e obras literárias.

Deve-se levar em conta o que nos adverte J. Jahn: África é um conceito geográfico e não cultural. África do norte e África negra, África não islâmica ou, como agora se gosta de dizer, África ao sul do Sahara, são territórios culturalmente distintos e carecem de história e tradições comuns. Valeria o mesmo, evidentemente, para o Brasil, mas então temos um argumento fundamental que facilita a discussão em torno da literatura chamada *brasileira*: a existência de uma única e só língua, ainda que apresentando variantes regionais (JAHN, 1971, p. 21).

Por fim, mas não exclusivamente, a existência de línguas orais, tão somente, fez com que sua transcrição para um formato escrito exigisse uma codificação que, muitas vezes, prejudicou a sobrevivência de tais idiomas, mesmo que alguns deles dinâmicos e importantes, como o *kimbundo*, em Angola, por exemplo. Some-se a isso que estes territórios hoje politicamente constituídos não correspondem, na maior parte dos casos, aos reais territórios étnicos e linguísticos: embora Angola ou Moçambique, por exemplo, adotem o português como língua oficial, possuem mais de uma dezena de outros idiomas oficiais que se espalham por todo o território e faz com que cada um deles seja sempre diminuto em relação aos demais (HONWANA, 2006, p. 17). Há que se levar em conta, porém, por outro lado, que, apesar dessas diferenças, há tendências e práticas dessas línguas orais mais ou menos comuns entre elas e que podem servir como pontos de partida para a abordagem, estudo e valorização correta de tais tradições literárias orais que têm enorme influência e importância na formação das línguas e literaturas escritas contemporâneas. Assim, é fundamental levar-se em conta que cada uma dessas literaturas, em seu estágio atual, devem ser expressão de um pluralismo cultural, na medida em que a África é multiétnica e plurilíngue. Neste sentido, é profundamente falha e lamentável a atuação da organização dos CPLP que pouco trabalha no sentido desta integração e reconhecimento (SANTILLI, 2003, p. 28).

O desafio das literaturas de expressão ou de língua portuguesa, produzidas nos territórios dessas antigas colônias, enfrentam um duplo desafio: de um lado, cativarem e serem conhecidas e compreendidas pelas suas próprias populações; de outro, serem obras duplamente nacionais e universais (MENDONÇA, 2010, p. 3). De qualquer modo, cada uma dessas literaturas ainda está em construção: mas esta constatação, longe de constituir um ponto fraco das mesmas, pelo contrário, significa seus pontos fracos porque, através das miscigenações que ocorrem, são tais literaturas particulares (nacionais) que podem renovar e contribuir com novos aportes e novos paradigmas para o sistema literário geral (universal) (SANTILLI, 2003, p. 191; SOARES, 2006, p. 278).

É preciso refletir sobre o papel que as novas tecnologias de informação e de comunicação podem (ou devem) desenvolver em tais processos.

Um olhar sobre textos publicados no grande número de jornais que animavam o ambiente urbano de Angola nas últimas décadas do século XIX revela a profunda ligação entre jornalismo e literatura, fato que também se verifica em outras colônias portuguesas no continente africano. Mesmo os jornais oficiais sempre dedicaram espaço às colaborações literárias, inclusive àqueles textos que estavam em sintonia com os textos informativos, manifestando um certo descontentamento pela situação da terra, apontando a necessidade de maneiras de intervenção para mudar o seu panorama sócio-econômico-cultural (MACÊDO; SOARES, 2007, p. 36).

O que se lê sobre Angola, também se lê sobre São Tomé, a partir de outros autores: “a literatura são-tomense tem seus primeiros registros com o advento do jornalismo praticado por uma elite de filhos da terra, em fins do século XIX, início do século XX” (BUENO; SOARES; PARREIRAS, 2012, p. 88).

Esta imprensa é constituída, basicamente, por uma nova geração de mestiços que fora se formando nos espaços dessas colônias:

O número reduzido de brancos, a quase inexistência de mulheres brancas, e o facto de os negros serem escravos em trânsito ou servindo nas casas dos donos, e por isso com poucas possibilidades de fundar uma família, explicam que a família mestiça tenha predominado nesta altura. Pode mesmo dizer-se que a família predominante era não somente mestiça mas também patriarcal polígama” (PEPETELA, s/d, p. 2).

Daí que, conforme registra Salvato Trigo, os chamados *filhos da terra* “desfrutaram ainda de grande relevo na condução dos assuntos econômicos e administrativos da colônia” (TRIGO, 1985, p. 415), reafirmando: “O aparecimento do *prelo* na colônia (...) iria iniciar uma nova fase na vida econômico-social e cultural do território” (p. 416). Por fim, citando outro autor, registra:

Ao jornal cabia uma grande função social. O homem de letras, não tendo outro recurso de se realizar culturalmente, habituou-se ao jornal. Louvar ou denunciar, atacar os inimigos, promover campanhas de política social, para tudo se recorria ao jornal. Poesia, pequenas noveletas ou contos, trabalho de etnografia ou de história só nos jornais foram divulgados (SOARES, 1975 apud TRIGO, 1985, p. 418).

Ana Mafalda Leite entende que, “durante o período colonial, o gênero literário mais praticado foi a poesia”, sobretudo porque a elite intelectual então existente era pouco numerosa, a colônia não tenha um grande desenvolvimento cultural, sendo que boa parte da população era analfabeta (na verdade, ágrafa³), e a poesia driblava mais facilmente a censura das autoridades. Posteriormente, surgirão as narrativas mais longas, com base na tradição oral. Além do mais, boa parte dos primeiros escritores das diferentes colônias possuía experiência jornalística, o que facilitava a

³ De modo geral, as primeiras iniciativas da metrópole, quanto ao ensino, datam apenas de 1740, mas variaram em grau e extensão com o grau de interesse numa determinada colônia ou contexto (FERREIRA, 1987, p. 8)

divulgação de seus trabalhos (LEITE, 2013, p. 89). Isso se comprova, por exemplo, dentre outros fatos, por o angolano José da Silva Maia Ferreira ter publicado, apenas 4 anos depois de instalado o prelo em Angola, o livro *Espontaneidades da minha alma*, dedicado às senhoras angolanas (FERREIRA, 1987, p. 9).

Antes de tudo, porém, vale a observação de Manuel Ferreira:

(...) é legítimo supor que através da batalha contra o analfabetismo, um fato real já nesses países, e com a criação de escolas secundárias, institutos, universidades, centros de investigação, irão se levar as condições suficientes para que estas literaturas, dentro de alguns anos, constituam um *corpus* insuspeitado (FERREIRA, 1987, p. 207).

A otimista observação do pesquisador é de meio século atrás. Parte do que ele augurava, vem ocorrendo: um certo reconhecimento dessas literaturas africanas. Mas as condições para o seu desenvolvimento e, sobretudo, sua afirmação dentro dos próprios territórios das antigas colônias, ainda são incógnitas que acompanham os diferentes contextos político-ideológico-partidários de cada uma dessas nações.

Referências

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Literatura, História e Política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ateliê, 2007.
- BAHULE, Cremildo. *Literatura moçambicana: um msaho em sedimentação*. 2013. *Notícias online*. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/caderno-cultural/5870-literatura-mocambicana-um-msaho-em-sedimentacao.html>>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- BUENO, Edna; SOARES, Lucilia; PARREIRAS, Ninfa. *Navegar pelas letras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

COLÓQUIO/LETRAS. *Inquérito*: O futuro do português como língua literária em África. Lisboa, setembro de 1974. Edição especial da revista da Fundação Calouste Gulbenkian, p. 5-16.

COLÓQUIO/LETRAS. Edição especial sobre as literaturas de expressão portuguesa na África – com ensaios e textos literários originais. Fundação Calouste Gulbenkian, setembro de 1977, Lisboa. p. 5-72.

DEVI, Vimala; SEABRA, Manuel de. *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. Lisboa: Edições 70, 1979.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literaturas africanas de língua portuguesa*. Mobilidades e trânsitos diaspóricos. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa, s/d. Disponível em: <http://www4.pucminas.br/imagdb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121019162329.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HOHLFELDT, Antonio. Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research, SBPJOR*, v. 6, n. 1, p. 195-214, 2010.

JAHN, J. *Las literaturas neoafricanas*. Madrid: Guadarrama, 1971.

KANDJIMBO, Luís. A literatura angola, a formação de um cânone literário mínimo de Língua Portuguesa e as estratégias da sua difusão e ensino. In: Seminário para Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, 2001. Disponível em: <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/58-a-literatura-angola-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-um-c%C3%A2none-liter%C3%A1rio-m%C3%ADnimo-de-l%C3%ADngua-portuguesa-e-as-estrat%C3%A9gias-da-sua-difus%C3%A3o-e-ensino*>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LARANJEIRA, Pires. Bibliografia crítica essencial. *Discursos*, n. 9, p. 115-134, 1995. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4332/1/Pires%20Laranjeira.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2013.

LETRAS HOJE. Edição especial da revista do Programa de Pós Graduação em Linguística e Letras da PUCRS. Porto Alegre, junho de 1990.

LUSOFONIA. Plataforma de apoio ao estudo da língua portuguesa no mundo, 2016. Disponível em: <<http://lusofonia.x10.mx/Mocambique.htm#periodizacao>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MACÊDO, Tania; CHAVES, A, Rita. *Literaturas de língua portuguesa*. Marcos e marcas. Angola. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

MACÊDO, Tania; MAQUÊA, Vera. *Literaturas de língua portuguesa*. Marcos e marcas. Moçambique. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

MENDONÇA, Fátima. A literatura moçambicana em questão. *Discursos*, n. 9, p. 37-51, 1995. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4327/1/F%C3%A1tima%20Mendon%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MENDONÇA, Fátima. Literaturas emergentes, identidades e cânone. In: *Literatura moçambicana*: as dobras da escrita. Maputo: Ndjira, 2010. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/literaturas-emergentes-identidades-e-canone>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

PEPETELA. Sobre a gênese da literatura angolana, (s/d). Disponível em: <<https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/57-sobre-a-g%C3%A9nese-da-literatura-angolana>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Paralelas e tangentes entre literaturas de língua portuguesa*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Literaturas de língua portuguesa*: Marcos e marcas. Cabo Verde/São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

SILVA, Henrique Rola da. *Informação portuguesa*. Macau: Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau, 1992.

SOARES, Francisco. *Notícia da literatura angolana*. Luanda: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

TRIGO, Salvato. A literatura angolana do discurso ao texto. Separata do *Bulletin des Études Portugaises et brésiliennes*, Paris, n. 44-45, 1985.

TRIGO, Salvato. *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília, 1977.

Recebido em 28/09/2017.

Aceito em 28/01/2018.